

# PGE

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

## BOLETIM INFORMATIVO Nº 48

Julho - 2013

### SUMÁRIO

#### LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis.....	2
Decretos.....	2

#### PROCURADORIA GERAL DO ESTADO 2

Jurisprudência.....	2
Atos Internos.....	3
Notícias.....	3



GOVERNADOR DO ESTADO  
João Raimundo Colombo

PROCURADOR-GERAL  
DO ESTADO  
Leandro Zanini

SUBPROCURADOR-GERAL  
DO CONTENCIOSO  
Ederson Pires

**LEGISLAÇÃO****ESTADUAL***Leis***EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 65, de 19 de junho de 2013**

Modifica o inciso VI do art. 173 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

**LEI Nº 16.020, de 6 de junho de 2013**

Dispõe sobre a aplicação do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) ao Programa Pacto por Santa Catarina (PACTO).

**LEI Nº 16.022, de 6 de junho de 2013**

Institui a Semana de Conscientização do Uso de Fontes de Energia Limpa, no Estado de Santa Catarina.

**LEI Nº 16.023, de 6 de junho de 2013**

Denomina Vale Catarinense da Produção do Gado Jersey o conjunto de Municípios compostos por Anitápolis, Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Ludgero e São Martinho.

**LEI Nº 16.024, de 11 de junho de 2013**

Inclui o iogurte e a bebida láctea produzidos no Estado na merenda escolar das unidades educacionais da rede pública de Santa Catarina.

**LEI Nº 16.025, de 11 de junho de 2013**

Assegura à gestante de alto risco a internação na rede hospitalar particular, constatada a inexistência de leito hospitalar vago na rede pública de saúde.

**LEI Nº 16.034, de 21 de junho de 2013**

Altera a Lei nº 15.855, de 2012, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), para atender ao Programa Acelera Santa Catarina.

**LEI Nº 16.035, de 21 de junho de 2013**

Proíbe a venda, a oferta, o fornecimento, a entrega e a permissão de consumo de bebidas alcoólicas, mesmo que gratuitamente, aos menores de 18 (dezoito) anos de idade no Estado de Santa Catarina.

**LEI Nº 16.036, de 21 de junho de 2013**

Institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

**LEI Nº 16.037, de 24 de junho de 2013**

Institui o Fundo Estadual de Apoio aos Municípios (FUNDAM) e estabelece outras providências.

*Decretos***DECRETO Nº 1.569, de 12 de junho de 2013**

Dispõe sobre a remissão de créditos tributários.

**DECRETO Nº 1.576, de 13 de junho de 2013**

Altera o Decreto nº 1.309, de 2012, que regulamenta a Lei nº 13.336, de 08 de março de 2005, e disciplina a celebração de instrumento legal pelo Estado que tenha como objeto o financiamento de programas e projetos culturais, turísticos e esportivos, no âmbito do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte (SEITEC).

**DECRETO Nº 1.578, de 19 de junho de 2013**

Institui o Prêmio Procurador do Estado Irineu José Rubini, a ser conferido pela Procuradoria Geral do Estado.

**DECRETO Nº 1.583, de 19 de junho de 2013**

Cria a Comissão Temporária no âmbito da Secretaria Executiva de Supervisão de Recursos Desvinculados para análise dos processos administrativos do FUNDOSOCIAL.

**DECRETO Nº 1.589, de 20 de junho de 2013**

Altera o Decreto nº 1.291, de 2008, que regulamenta a Lei nº 13.336, de 8 de março de 2005, alterada pela Lei nº 14.366, de 25 de janeiro de 2008, e disciplina a celebração de instrumento legal pelo governo do Estado que tenha como objeto o financiamento de projeto, por meio do Fundo Estadual de Incentivo à Cultura (FUNCULTURAL), do Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo (FUNTURISMO) e do Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte (FUNDESORTE), no âmbito do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte (SEITEC), e estabelece outras providências.

**DECRETO Nº 1.590, de 20 de junho de 2013**

Altera o Decreto nº 307, de 2003, que disciplina a celebração de convênios ou instrumentos congêneres, de natureza financeira, pelos órgãos ou entidades da administração pública estadual direta ou indireta, que tenham como objeto a execução descentralizada de programas de governo e ações, e estabelece outras providências.

**DECRETO Nº 1.598, de 20 de junho de 2013**

Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual das Populações Afrodescendentes em Santa Catarina.

**DECRETO Nº 1.609, de 25 de junho de 2013**

Altera o Decreto nº 904, de 2012, que dispõe sobre a forma de aplicação dos recursos financeiros depositados em conta especial para pagamento de precatórios nas modalidades referidas no § 8º do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO****JURISPRUDÊNCIA****TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**

RECURSO DE REVISTA Nº 321800-76.2009.5.12.0053

Órgão Judicante: 4ª Turma

Relator: Ministro João Oreste Dalazen

Recorrente: Estado de Santa Catarina

Procurador: Isabel Parente Mendes Gomes

Recorrido: Associação de Pais e Professores e Escola Básica Professor Alaíde Tabalipa

Publicação: 28 de junho de 2013

Ementa: Recurso de revista. Ente público. Responsabilidade subsidiária. Contrato de trabalho. Associação de pais e mestres.

1. A jurisprudência desta Corte sedimentou-se no sentido de que o Estado-Membro, ainda que destine recursos às Associações de Pais e Mestres, não é responsável subsidiário ou solidário pelos encargos trabalhistas de empregados contratados por tais

entidades. Incidência do entendimento consagrado na Orientação Jurisprudencial nº 185 da SBDI-1 do TST.

2. Recurso de revista conhecido e provido.

## ATOS INTERNOS

### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/DIAL-SCC, de 2013

Altera a Instrução Normativa nº 001/DIAL-SCC, de 2011, que uniformiza os atos e procedimentos relativos ao processo legislativo no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta.

### PORTARIA PGE/GAB Nº 018, de 5 de junho de 2013

Delega ao Subprocurador-Geral do Contencioso Ederson Pires a competência para receber citações e notificações, bem como para autorizar a dispensa de ajuizamento de ação para ressarcimento ao erário estadual, nos casos de acidentes de trânsito em que não fique comprovada a culpa grave e/ou dolo do agente público causador do dano.

### PORTARIA PGE/GAB Nº 019, de 5 de junho de 2013

Cessa os efeitos da Portaria nº 018/PGE/2011, de 25 de fevereiro de 2008, que delegou competência a Procurador do Estado para efetivar transação do art.11 da Lei 13.334, de 28 de fevereiro de 2005 e delega a competência para outro Procurador do Estado.

### PORTARIA PGE/GAB Nº 20, de 5 de junho de 2013

Designa os Procuradores do Estado Ederson Pires, Subprocurador-Geral do Contencioso; Ricardo de Araujo Gama, Corregedor Geral; Marcelo Mendes, Procurador-Chefe da Procuradoria do Contencioso; Loreno Weissheimer, Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica; Juliano Dossena, Procurador-Chefe da Procuradoria Fiscal; Celso Antonio de Carvalho, e Evandro Régis Eckel para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão Gestora do Sistema PGE.Net.

### PORTARIA GAB/PGE Nº 021, de 6 de junho de 2013

Designa Procuradores do Estado para integrarem Comissão para realização do processo de remoção de Procurador do Estado para preenchimento de uma vaga disponível na Procuradoria Regional de Criciúma. Também convoca os Procuradores do Estado para, querendo, manifestarem interesse no preenchimento da vaga, observando-se os procedimentos para isso.

### PORTARIA GAB/PGE Nº 23, de 21 de junho de 2013

Acresce incisos ao art. 2º da Portaria GAB/PGE nº 76/2011, de 26 de outubro de 2011, que dispõe sobre a criação e organização do Núcleo de Gestão e Prevenção de Ações

Repetitivas da Procuradoria do Contencioso, e dá outras providências.

### PORTARIA PGE/GAB Nº 24, de 26 de junho de 2013

Extingue o Escritório Especial com sede na comarca de Brusque.

### PORTARIA PGE/GAB Nº 25, de 26 de junho de 2013

Designa Procuradores do Estado para compor o Conselho Técnico, previsto na Lei nº 14.967, de 07 de dezembro de 2009.

### PARECER Nº 139/2013

Autor: Francisco Guilherme Laske

Origem: Procuradoria Geral do Estado.

Ementa: Administrativo. Servidor Público beneficiário da agregação ou estabilidade financeira, optante pelo regime de cálculo da vantagem nominalmente identificável instituído pela LC 83/93. Pretensão à incidência da Gratificação de Produtividade sobre os vencimentos do cargo efetivo, acrescidos da parcela de vencimentos agregada. Pedido inatendível na medida da inexistência de lei a ampará-lo. Precedentes jurisprudenciais.

## NOTÍCIAS

### PGE implanta Sistema de Anotação de Atividades

Cerca de 90 procuradores do Estado realizaram uma reunião de trabalho na Capital, em 27 e 28 de junho. Ao mesmo tempo em que foi comemorado o Dia do Procurador do Estado e também celebrado os 31 anos da instituição, a PGE anunciou a criação do Sistema de Anotação de Atividades.

Cada um dos procuradores alimentará o sistema eletrônico com as atividades consideradas mais relevantes. Poderão ser destacadas as atuações em ações judiciais, a interlocução com o Judiciário e demais autoridades do Direito e da administração pública, além da participação em reuniões setoriais e congressos.

Os procuradores-chefes receberão os relatórios e semestralmente encaminharão essas informações para serem analisadas pelo Conselho Superior da PGE. Posteriormente, serão incluídas oficialmente na ficha funcional de cada procurador. Os dados, que ficarão à disposição de todos os procuradores, servirão como referência da atuação profissional e reconhecimento de mérito funcional.